

A ÚLTIMA ABOLIÇÃO E SUAS REPRESENTAÇÕES NA HISTÓRIA BRASILEIRA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

THE LAST ABOLITION AND ITS REPRESENTATIONS IN BRAZILIAN HISTORY: A NARRATIVE OF A PEDAGOGICAL EXPERIENCE IN TEACHER'S TRAINING

Clícea Maria Augusto de Miranda **1**
Maria Cláudia Cardoso Ferreira **2**

Resumo: Neste trabalho, relatamos e refletimos sobre a oficina de planos de aula intitulada “Documentos históricos sobre a Última Abolição e suas representações”, desenvolvida no ano de 2019, na UNILAB, Campus dos Malês. A atividade pedagógica, constituída de seleção, leitura e análise de fontes históricas sobre o Treze de Maio de 1888 e seus sentidos e significados diversos e controversos, colaborou tanto para uma análise crítico-reflexiva da Abolição, como oportunizou aos estudantes exercitar a prática de elaborar planos de aula. Com a oficina constatamos que houve contribuições significativas ao grupo, tanto no campo da metodologia de ensino história, como da aprendizagem histórica.

Palavras chave: Abolição. Recôncavo baiano. Formação de professores. Metodologia do ensino de História. Ensino superior.

Abstract: In this work, we report and reflect on the workshop of lesson plans called “Historical documents about The last Abolition and their representations”, developed in 2019 at Unilab, Campus of Malês, São Francisco do Conde, BA. The pedagogical activity constituted by manipulation, reading and selection of historical sources about May 13 and their several and controversial meanings have cooperated for a reflective critical analysis of the Abolition, as well as given the students the opportunity to exercise the practice of preparing lesson plans. Throughout the workshop, we verified significant contributions to the group in the field of history teaching methodology, and also for their historical learning.

Keywords: Abolition. Bahian Recôncavo. Teacher's training. Methodology of History Teaching. Higher Education.

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. **1**
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4082409025140272>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0805-1844>.
E-mail: climari@hotmail.com

Doutora em História pela Fundação Getulio Vargas. Docente **2**
da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira –
UNILAB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7910476403099410>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9783-2476>.
E-mail: mariacardoso28@unilab.edu.br

Introdução

Em maio de 2019, o colegiado do curso de licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, do Campus dos Malês, situado na cidade de São Francisco do Conde – BA, promoveu o seminário *A Última Abolição*¹ com a finalidade de refletir e problematizar o significado e as repercussões do acontecimento ao longo do século XX, tanto na sociedade civil, quanto no ensino-aprendizagem de história.

Dentre as atividades, oferecemos a oficina de planos de aula intitulada “Documentos históricos sobre a Última Abolição e suas representações”, cujo público alvo era de estudantes dos cursos de licenciatura e bacharelado em humanidades do Campus. Essa atividade pedagógica, situada no campo da aprendizagem histórica e centrada na análise e manipulação de documentos com origens, formatos e significações diversas, buscou colaborar tanto para uma análise crítico-reflexiva da Abolição, como possibilitar que os acadêmicos compreendessem o trabalho direto com fontes históricas na educação básica e a metodologia de elaboração de planos de aula.

Neste relato, apresentamos, de início, algumas considerações sobre a formação em história, depois, o contexto histórico e social do território em que se localiza a UNILAB e, por fim, descrevemos a experiência da oficina de elaboração de planos de aula.

A formação de professores de história da Unilab

O curso de licenciatura em história do Campus dos Malês teve início em agosto de 2017, como segundo ciclo² para estudantes que concluíram o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BIH) na instituição e para interessados na segunda licenciatura, através de processo seletivo específico (UNILAB, PPC Licenciatura em História, 2017).

Os princípios curriculares da formação em história na Unilab são a

interdisciplinaridade; a interculturalidade; a crítica ao eurocentrismo e ao evolucionismo na produção do conhecimento histórico; a ênfase nas relações históricas Brasil-África; a atenção à inserção do Brasil no “Sul global” e aos requisitos da construção de uma cooperação Sul-Sul horizontal; indissociabilidade entre o saber e o fazer; o compromisso com a democratização do ensino e da produção do conhecimento (UNILAB, PPC Licenciatura em História, 2017, p. 14).

Um dos objetivos do curso de história é potencializar a dimensão intelectual da atividade de docência oportunizando, durante o desenrolar da formação dos licenciandos e licenciandas, o desenvolvimento da autonomia, da liberdade de pensar, do domínio do campo de saber e da organização do trabalho docente (PENNA, FERREIRA, 2018). Por isso, oferecemos formação por meio de laboratórios de ensino de aprendizagem de história tanto para dirimir a dicotomia historiador/professor, como para que nossos futuros professores e professoras compreendam que a constituição de seu ofício vai muito além do manuseio de livros didáticos e da memorização de eventos.

As acepções mais comuns do que seja história, as define como um conjunto de fatos e processos sociais ocorridos no tempo e como a disciplina escolar que se ocupa de transmitir o passado da humanidade. Contudo, o conceito história agrega sentidos e significados mais complexos, que geralmente são acessados, apenas, por pessoas que, por ventura, decidem cursar história na universidade.

Nas licenciaturas, a maioria dos estudantes entra com a noção do senso comum do que é história: a disciplina que se ocupa do passado. A formação do professor consistiria em um treinamento para ensiná-lo a “passar” às gerações futuras os fatos e os processos sociais

1 <https://unilab.edu.br/2019/05/09/seminario-a-ultima-abolicao-acontece-na-proxima-segunda-13/>

2 Após a conclusão do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (1º. Ciclo de formação) o estudante poderá cursar a segunda ciclo por meio de edital interno. Sobre os processos seletivos da Unilab. Disponível em: [vevhttps://unilab.edu.br/processo-seletivo/](https://unilab.edu.br/processo-seletivo/) acesso em 10/04/2022.

ocorridos. É muito comum a ideia de que cabe ao professor “passar” o conteúdo, mostrar a “verdade”, “transmitir as informações”. Assim, as qualidades de um bom professor de história seriam, basicamente, gostar de ler, ter capacidade de síntese e de memorização. Por esse entendimento, analisar acontecimentos históricos seria tarefa dos historiadores em seus textos acadêmicos. Já aos professores da educação básica caberia saber usar os livros didáticos, criados para “facilitar” a “transmissão” da história aos estudantes. Percebe-se claramente uma visão “dicotômica, elitista e bacharelesca e uma divisão entre a atividade de pesquisa e de produção do conhecimento e as outras menos nobres” (COSTA, 2008, p.2). Com esse cenário, constatamos que ainda formamos professores para ensinar história do mesmo modo que aprendemos na escola, ou seja, por meio de exposições orais (com suporte escrito ou não) sobre determinado(s) evento(s), sujeito(s) histórico(s), conceito(s) ou debate historiográfico (COSTA, 2013).

Toda essa problemática costuma provocar certo desconforto nos licenciandos e licenciandas da Unilab, sobretudo, durante as disciplinas de laboratório de ensino, fontes e métodos e nos estágios supervisionados. Eles constatam que qualquer formação consistente de professores de história suscita um deslocamento epistemológico que lhes permite compreender e diferenciar os diversos sentidos da história por meio do domínio dos saberes da ciência histórica. Assim, para que efetivamente ensinem história, os futuros professores deverão aprender a mobilizar na docência, como pontuou Caimi (2015, p. 112), “os saberes a ensinar, circunscritos na própria história, na historiografia, na epistemologia da história”, que consistem em saber operar os conceitos históricos, diferenciar temporalidades, contextualizar acontecimentos e sujeitos históricos, e compreender os processos de construção das narrativas históricas. Eles deverão ainda lidar com os saberes para ensinar, relacionados “à docência, ao currículo, à didática, à cultura escolar”, além dos “saberes do aprender, que se referem ao aluno, aos mecanismos da cognição, à formação do pensamento histórico.” (Idem.). Deverão entender, portanto, que a ciência história constitui-se de uma racionalidade histórica fundamentada no mecanismo cognitivo de pensar o passado historicamente. Pensar nesse passado não consiste em recontá-lo tal como aconteceu, pois essa operação é impossível. Assim, o trabalho dos profissionais de história (incluindo os professores!) consiste em refletir, interpretar e narrar o que se diz sobre o vivido, por meio da seleção de vestígios históricos diversos, que devem passar por um rigor teórico-metodológico comprometido com a verdade.

Com essas considerações, queremos contribuir para que professores em formação inicial ou continuada em história, bem como professores formadores de professores de história reflitam sobre a importância da relação entre a epistemologia da história e a didática da história (RÜSEN, 2006) na sua formação e na sua prática profissional cotidiana.

Negritude e território

A Unilab recebe uma maioria de estudantes negros e negras oriundos dos países africanos de língua portuguesa³, das cidades do Recôncavo Baiano e grande Salvador⁴. O corpo docente é composto por cerca de metade de professores e professoras negras de diferentes regiões do país e, também, da África lusófona. O Campus Malês oferece os cursos de História, Ciências Sociais, Pedagogia, Letras, Relações Internacionais e o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, que dão ênfase a uma produção de conhecimentos na área das ciências humanas orientada, substancialmente, por perspectivas negras, da África e da diáspora. O Campus está situado em São Francisco do Conde, município cultural e historicamente vinculado ao

3 A UNILAB é uma universidade de integração internacional com países lusófonos e recebe estudantes dos países africanos de língua portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

4 O Recôncavo Baiano é composto pelas cidades no entorno da Bahia de Todos os Santos e possui os seguintes municípios: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passe, Sapeaçu, Saubara e Varzedo. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1692:no-vos-limites-dos-20-municipios-do-reconcavo-sao-fechados-com-consenso&catid=10&Itemid=101>. Acesso em 27 de abril de 2021.

Recôncavo Baiano, e político-economicamente à região metropolitana de Salvador. A cidade, com pouco mais de 40 mil habitantes (IBGE)⁵, é considerada uma das mais negras do Brasil.

Do século XVI ao XIX, o Recôncavo Baiano foi um dinâmico centro produtor de açúcar, possuindo significativo número de engenhos e, conseqüentemente, de trabalhadores escravizados envolvidos no cultivo e manufatura da cana. Mesmo com a queda da economia açucareira no século XIX, a região permaneceu com grande contingente de pessoas. Em 1887, a Bahia registrava cerca de 76.838 trabalhadores escravizados, com Salvador abarcando 3.172 pessoas e o restante distribuído pelo recôncavo e interior da província (CONRAD, 1975 *apud* MAIA 2007). Cinco anos antes, segundo o censo de 1872, a população de escravizados na região era de 165.403 pessoas. Deste modo, apesar da baixa significativa, o Recôncavo perdeu menos trabalhadores por conta da resistência do setor açucareiro (FRAGA, 2006).

No Recôncavo, como em todo o país, houve muita expectativa em torno do fim da escravidão, por parte dos escravizados, é claro. Fraga (2006), ao analisar os conflitos e alianças estabelecidos entre escravizados, libertos e senhores situados na região, nos oferece uma visão pormenorizada dos eventos, com destaque para os significados de liberdade, antes e depois do 13 de maio. As expectativas de liberdade e a persistência de alguns senhores em aplicar formas tradicionais de controle, fez aumentar, na última década da escravidão, as fugas e sublevações (FRAGA, 2006). O fato é que, afastados do ambiente abolicionista e cômicos do poder que exerciam, a maioria dos senhores de engenho desacreditou da abolição imediata e incondicional ocorrida em 1888. Surpresos, houve quem reclamasse do desrespeito à propriedade privada e da autonomia e atitude dos libertos após a Lei (MAIA, 2007).

Nos meses seguintes ao evento, arranjos de trabalho foram negociados entre ex-senhores e libertos. Muitos que optaram por permanecer na lavoura não aceitaram trabalhar nos mesmos termos do regime de escravidão. Houve negociação de pagamento de salários e luta por mais autonomia e independência, incluindo a continuidade do “direito” às roças para subsistência e venda do excedente, bem como a recusa para trabalhar mais de três ou quatro dias por semana. Por outro lado, muitos ex-escravizados preferiram tornar-se lavradores independentes, mudar de empregador ou mesmo ir para Salvador como forma de viver em efetiva liberdade (FRAGA, 2006; ALBUQUERQUE, 2009; FREITAS, et. al. 2020).

A partir dos anos 1950, a região passa a extrair e se beneficiar do petróleo. Assim, se no período colonial o açúcar era o produto expoente no cenário global, no século XX, a presença do petróleo, enquanto principal matéria prima do mercado mundial, e a produção de gás e outros produtos passam a destacar economicamente a região, a envolver os trabalhadores locais e arrecadar exponenciais recursos em impostos, que por sua vez, não necessariamente reverteram-se no desenvolvimento de São Francisco do Conde (SANSONE, 2005-2006).

A memória da escravidão e do imediato pós-abolição permeia toda a história do Recôncavo baiano no decorrer do século XX. Através de fontes diversificadas como as narrativas dos libertos e seus descendentes, os documentos escritos, objetos materiais e do patrimônio imaterial próprio da região, é possível acessar fragmentos desse passado, como por exemplo, o *Bembé do Mercado* e o *Nêgo Fugido*. O Bembé (candomblé) do Mercado é uma festividade religiosa pública, realizada anualmente no dia 13 de maio, na cidade de Santo Amaro, desde o ano de 1889, para festejar a Abolição (Dossiê Iphan, 2019). Já o Nêgo Fugido é uma encenação que acontece todos os domingos do mês de julho em Acupe, distrito de Santo Amaro, e consiste na representação teatral das relações sociais do período da escravidão culminando com a libertação dos escravizados no último dia de encenação (ALVES, 2019; PINTO; 2014; BRITO, 2018). Tais experiências historicamente negras têm recebido a atenção dos estudantes da UNILAB que são estimulados por seus professores e professoras a fazerem trabalhos de conclusão de curso que relacionem esses temas com o ensino-aprendizagem de história e com a reflexão da própria prática (PPC, 2017).

Relato da experiência pedagógica

A abolição comparece na memória e na história com diferentes sentidos e significados.

⁵ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/panorama>

No decorrer de todo pós-abolição encontraremos a representação da Lei que extinguiu a escravidão como uma ação benevolente e progressista da monarquia, portanto, como uma “dívida da princesa”, tanto entre brancos como entre negros, das elites aos meios populares (DAIBERT Jr.).

Em contraponto, a partir dos anos 1970, os movimentos negros, que se reorganizavam ou surgiam, atuaram para colocar abaixo a ideologia da democracia racial. Com isso, o 20 de novembro de 1695 (data da possível morte de Zumbi dos Palmares) passou a agregar um conjunto de significados positivos, em detrimento do 13 de maio, que passaria a ser interpretado como a data da “farsa da abolição” e Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo (DOMINGUES, 2007; DOMINGUES, 2011).

No âmbito historiográfico, durante um bom período, o 13 de maio foi narrado como uma conquista não-violenta liderada pela monarquia, parlamento e elites letradas. Depois, se tornou hegemônica uma historiografia de orientação marxista que vinculou o evento ao poder do capitalismo internacional liderado pela Inglaterra. Nos anos 1990, surgiu uma fecunda historiografia revisionista que se preocupou em, por exemplo, destacar a agência de escravizados e libertos para pôr um fim oficial à escravidão⁶. Mais recentemente, encontramos pesquisas preocupadas em evidenciar a ação organizada da sociedade civil na abolição, com destaque para os protagonismos negros (mas não apenas) antes, durante e depois do acontecimento (PINTO, 2018; ALONSO, 2015; SILVA, 2011).

Por conta da problemática apresentada acima, do território em que estamos situados e das trajetórias de formação do corpo docente é que em 2018, o curso de licenciatura em história realizou o seminário *Abolição 130 anos: História, memória e cidadania inacabada* que mobilizou ativistas e intelectuais dos movimentos sociais negros, professores-pesquisadores da casa e convidados, além dos estudantes, é claro. O evento, que ocorreu em dois dias, teve como objetivo principal debater os inúmeros significados e sentidos políticos de uma abolição incompleta no Brasil.

Contudo, as questões feitas pela plateia e a repercussão da atividade nos dias seguintes, nos revelou a necessidade de continuarmos trabalhando com o tema. Constatamos, por exemplo, que mesmo entre os estudantes de história houve dificuldade para distinguir o que era a memória e o que era a história da abolição.

Com esse cenário pudemos inferir que as interpretações e os significados dados à abolição da escravidão no Brasil, sejam na história sejam na memória, não vêm aparecendo como objeto de reflexão e ensino na educação básica a contento. Assim, propusemos, em 2019, a oficina *Documentos históricos sobre a Última Abolição e suas representações* com os objetivos de: a) compreender o significado da Abolição da escravidão no Brasil no seu devido contexto histórico-social, bem como os outros significados do evento no decorrer do tempo histórico; b) desenvolver saberes metodológicos de elaboração de planos de aula para o ensino de história.

Portanto, a proposta da experiência pedagógica era usar a diversidade de fontes e os significados atribuídos ao evento para desenvolver com os estudantes saberes docentes do ensino-aprendizagem de história e, assim, nos termos da BNCC (2017), desenvolver habilidades e competências de atitude historiadora. Priorizamos, com isso, uma prática que promovesse a formação e reflexão, a partir dos documentos selecionados, e a incorporação desses saberes na elaboração de um plano de aula. Almejamos, em termos mais específicos, que ao final da oficina os estudantes alcançassem os seguintes objetivos:

- identificar os sujeitos e grupos sociais envolvidos com o debate abolicionista entre 1870 e 1888;
- analisar diferentes fontes históricas do período do pós-abolição, com destaque para aquelas que revelam os sentidos de liberdade compreendidos pelos ex-escravizados;
- caracterizar as representações da abolição repercutidas nos grupos negros organizados politicamente, em diferentes momentos históricos, a saber: o imediato pós-abolição, as décadas de 1930 e 1950 e o pós-ditadura militar;

⁶ Para esse debate historiográfico ver FELDMAN, 2019; MORAES, 2010.

- elaborar um plano de aula relacionado ao contexto da Abolição.

Destacamos que nos cabe formar profissionais da história que, nos seus ambientes de trabalho, ensinem que a história é um campo de conhecimento que “lida com pontos de vistas diversos”, pois “as fontes históricas são, por natureza, diversificadas nas suas perspectivas e não apenas na sua forma” (BARCA & GAGO, 2001, p.224). Dentre os saberes a serem desenvolvidos por nós, professores e professoras, está o de mediar a interação dos sujeitos com os diversos documentos históricos. Cabe, também, fazê-los entender que são, igualmente, intérpretes do passado, já que a cognição histórica não é uma “graça” atribuída ao profissional da história. Todos os seres humanos produzem interpretações sobre o vivido e podem desenvolver criticidade histórica.

Assim, para a oficina, elaboramos uma metodologia de trabalho que passamos a relatar. Primeiro ocorreu a acolhida e uma breve apresentação dos participantes (nome, curso e período). Depois, foi distribuído um documento informando o objetivo geral e os objetivos específicos da atividade, seu desenvolvimento e um trecho da BNCC com as unidades temáticas, os objetos de conhecimento e habilidades que abarcam trabalhar com o tema da abolição (BNCC, 2017, p. 424-426). Em seguida propomos uma “chuva” de ideias com a finalidade de verificar os conhecimentos prévios e as representações que circulam sobre o 13 de maio entre nós. Terminado esse momento, houve uma exposição dialogada que diferenciou memória e história da abolição, na qual destacamos os debates historiográficos, bem como o modo que o tema é abordado no ensino de história, tanto nos Parâmetros Curriculares Nacionais como na Base Nacional Comum Curricular. Na sequência orientamos que os cursistas se reunissem em grupo. Buscamos mesclar estudantes do BIH com os de licenciatura, com o cuidado de colocar pelo menos dois estudantes de história em cada grupo. A intenção era de garantir um equilíbrio entre os graus de conhecimento nos grupos, especialmente sobre os saberes da epistemologia da história, aqueles implícitos da área (CAIMI, 2015).

Cada grupo recebeu um conjunto de documentos sobre a Abolição⁷ e um formulário para elaborar um plano de aula entre 100 e 150 minutos, com destaque para a escrita dos objetivos, a seleção dos conteúdos e a descrição dos procedimentos didáticos. Após o período estabelecido para a leitura, seleção e elaboração do plano (com solícita mediação das formadoras) e de um breve intervalo, os estudantes se reencontraram para apresentar seus planos de aula e fazer uma avaliação coletiva, pública e voluntária, da oficina. Ao final, as professoras, igualmente, avaliaram a formação por meio da retomada de seus objetivos e da exposição de algumas considerações sobre a participação e interação dos estudantes durante a atividade.

⁷ Lista dos documentos disponibilizados aos estudantes: 1) Pátria livre, texto sem autoria (Revista Ilustrada – RJ, a.13n. 498, 1888); Emancipação, ilustração de Ângelo Agostini, (Revista Ilustrada, ano 03, no. 229, 1880); A Revista Durante os Festejos Comemorativos da Abolição, gravura (Revista Ilustrada, de 19/05/1888); capa do jornal O Cachoeirano (ano XI, n. 20, Cachoeira de Itapemirim, 20/05/1888, disponíveis na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. 2) Poema de Oswald de Camargo Em Maio disponível em: <http://oswaldodecamargo.blogspot.com/2010/05/poema-em-maio.html>. 3) Hino à liberdade dos escravos, de Maria Firmina dos Reis, LunduCanoa Virada, s/d, Eduardo das Neves, disponível em <https://discografiabrasileira.com.br/fonograma/9544/canoa- virada>; Sambah-enredo Estação Primeira de Mangueira de 1988: 100 anos de Liberdade, Realidade ou ilusão; Paraíso do Tuiuti de 2018: Meu Deus, Meu Deus Está extinta a escravidão? e Unidos de Lucas de 1968, Sublime Pergaminho; ladainha de capoeira A História nos engana, de Mestre Moraes; jongo Treze de Maio (Jongo da Serrinha). 5) Iconografia: Missa campal em 17/05/1888, no Rio de Janeiro Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/1795>; Fortaleza Liberta (Painel), 1883, de José Irineu de Souza disponível em <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23691/jose-irineu-de-souza>; Escravos “ao ganho” na Bahia, s/d, autoria desconhecida, disponível em <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/galeria/27/46/A-greve-negra-de-1857.html> 4) Artigo na imprensa negra: Abolição (edição n. 2 do jornal Quilombo) Disponível em: https://issuu.com/institutopesquisaestudosafrobrasil/docs/jornal_quilombo_ano_i_n2, Acesso em 21 jun. 2021; 6) Artigo de opinião: O candomblé da liberdade, de Ubiratan Castro de Araújo, de maio de 2003 disponível em <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/O-CANDOMBL%C3%89-DA-LIBERDADE.pdf>; A marcha que mudou o movimento negro, de Amauri Mendes Pereira, disponível em <https://mamapress.wordpress.com/2014/10/25/a-marcha-que-mudou-o-movimento-negro/>; depoimento Sueli Carneiro sobre o centenário da Abolição publicado por ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amílcar Araújo. História do Movimento Negro no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. p. 252; trecho do capítulo Os caboclos e o senhor do Bonfim: as comemorações. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. O jogo da dissimulação: abolição e a cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 128-129.

Os planos de aula elaborados foram então recolhidos e, posteriormente, analisados por nós com mais detalhe. Todos situaram o tema no 8º. ano, dentro da unidade “o Brasil no século XIX”, conforme a BNCC (2017, p. 425). O formulário do plano de aula incluía o tema da unidade e da aula, a habilidade conforme a BNCC, objetivo geral e específicos, conteúdos, procedimentos e recursos didáticos, duração (de cada procedimento didático), avaliação e referências bibliográficas. Devido aos limites deste texto, transcrevemos aqui apenas a habilidade (BNCC), o tema da aula, o objetivo geral e os conteúdos.

| | |
|--------------|---|
| PLANO 01 | |
| Habilidade | EF08HI17 |
| Tema da aula | A revolta dos escravizados e seu reflexo na capoeira. |
| Obj. geral | Correlacionar o sentimento de indignação dos negros escravizados no ano da Abolição, com as ladainhas de capoeira que perduram até os nossos dias. |
| Conteúdos | A abolição no Brasil; a atuação social dos negros no processo; a abolição na visão dos mestres de capoeira na contemporaneidade; a libertação do ponto de vista de homens e mulheres negras da atualidade. |
| PLANO 02 | |
| Habilidade | EF08HI17 |
| Tema da aula | Não escreveram. |
| Obj. geral | Identificar as desigualdades sociais a partir do processo histórico abolicionista. |
| Conteúdos | Abolição; pós-abolição; |
| PLANO 03 | |
| Habilidade | EF08HI16; EF08HI17 |
| Tema da aula | Abolição da escravidão: os abolicionistas e os dias seguintes |
| Obj. geral | Compreender a versão não oficial da abolição da escravidão no Brasil. |
| Conteúdos | Frases abolicionistas; Poema de Oswaldo de Camargo “Em Maio”; hino à liberdade dos escravos de Maria Firmina dos Reis. |
| PLANO 04 | |
| Habilidade | EF08HI11; EF08HI16; EF08HI17 |
| Tema da aula | Abolição e seus reflexos sociais e atuais |
| Obj. geral | Refletir a luta referente a abolição enquanto uma luta da comunidade preta, mostrando os prós e os contras das estratégias políticas no século XIX e suas consequências nos dias atuais. |
| Conteúdos | Interesses dos escravizados na abolição e os interesses dos escravocratas (elite branca e senhores de terras); pós-abolição em Santo Amaro/Ba: conflitos entre ex-senhores e ex-escravos; Racismo, intolerância religiosa e desigualdade social. |
| PLANO 05 | |
| Habilidade | EF09HI03 |
| Tema da aula | Pós-abolição: avanços e retrocessos |
| Obj. geral | Compreender os legados do pós-abolição |
| Conteúdos | Heranças culturais dos africanos no Brasil e as formas de resistências: quilombismo, capoeira e religião; os movimentos negros como resistência MNU – Movimento Negro Unificado; A importância do MNU para a afirmação da identidade negra, cooperação e mobilização do negro na sociedade. |
| PLANO 06 | |
| Habilidade | EF08HI17 |
| Tema da aula | Samba enredo espaço de narrativa da resistência à escravidão no Brasil |
| Obj. geral | Compreender a realidade racial e social do Brasil |
| Conteúdos | Samba; escravidão; liberdade; pós-abolição, Lei Áurea; emancipação. |

| | |
|--------------|---|
| PLANO 07 | |
| Habilidade | EF08HI19 |
| Tema da aula | Abolição da escravidão |
| Obj. geral | Analisar o processo da escravidão nas Américas e compreender as estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil |
| Conteúdos | A escravidão no Brasil; as revoltas dos escravizados; movimentos abolicionistas. |

A leitura de cada objetivo geral e dos conteúdos programáticos nos fazem concluir que a maioria elaborou planos de aula que não se limitaram ao 13 de maio de 1888. Contudo, apenas dois grupos conseguiram alcançar, em parte, um dos objetivos específicos da oficina que consistia em caracterizar no decorrer do tempo histórico as representações que mais repercutiram sobre a abolição nos grupos negros politicamente organizados. Apesar de distribuímos fontes que apresentavam pensamentos divergentes sobre a abolição, a maioria não conseguiu planejar uma aula voltada para as batalhas da memória da abolição e muito menos as controvérsias históricas sobre o evento.

Considerações Finais

Nossa avaliação final permitiu identificar os alcances e os limites encontrados por nós e pelos estudantes para lidar com o objeto de ensino abolição da escravidão no Brasil e com a metodologia de elaboração de planos de aula. Verificamos que a adesão, o envolvimento e o entusiasmo dos cursistas evidenciaram a necessidade de mais atividades análogas, confirmando a demanda por ações de formação que os possibilitem vivenciar com mais frequência a prática docente e o manejo de fontes históricas.

Os acadêmicos de História mobilizaram seus conhecimentos da epistemologia da História e assumiram a liderança dos grupos na oficina, orientando a leitura das fontes, fazendo a distinção entre fontes primárias e secundárias, etc. Contudo, se por um lado houve o protagonismo dos alunos e alunas de história e o envolvimento dos estudantes dos demais cursos, por outro, essa mistura implicou na necessidade de um tempo maior para a realização da atividade. Tal dificuldade deve ser atribuída às discrepâncias entre os graus de conhecimento dos estudantes sobre a abolição, bem como as distâncias entre as especificidades das áreas disciplinares. Para alunos e alunas do BIH, constatamos que a oficina foi um laboratório de História, ao permitir uma aproximação com o fazer histórico por meio do uso das fontes, e que acabou por atender a uma de nossas expectativas que era a de estimular o interesse dos estudantes do primeiro ciclo pela licenciatura em História.

Sobre a metodologia de elaboração de planos de aula, percebemos que alguns alunos e alunas de História apresentaram dificuldades estruturais para desenvolver a atividade, como por exemplo, a escrita dos objetivos gerais e específicos e a elaboração de procedimentos didáticos, a partir dos documentos históricos. Tal fato nos assinala que professores e professoras formadoras devem inserir, em suas atividades docentes, a prática de elaborar planos de aula, dentre outras metodologias de ensino, de modo mais regular.

Como professoras formadoras, ao trabalharmos com os sentidos e significados da abolição da escravidão em diferentes temporalidades e contextos sócio-históricos, intencionamos revelar a complexidade do tema e oportunizar aos estudantes trabalhar com diferentes narrativas, sujeitos, lugares e temporalidades no ensino-aprendizagem de história. Assim, ancoradas na prática reflexiva, buscamos mostrar, neste breve relato de experiência, como os conteúdos e conceitos históricos circulam, ganham significados e a importância que devemos dar às questões concernentes ao ensino-aprendizagem na formação inicial de professores de história.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALVES, Joice. **A aprendizagem de História em outros espaços educativos: narrativas sobre a escravidão e o pós-abolição entre os participantes do Nego Fugido em Santo Amaro, BA**. Monografia licenciatura em história – UNILAB, São Francisco do Conde, 2019. Disponibilidade em: <http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/1751>. Acesso em 25 abr. 2021.

BARCA, Isabel; GAGO, Marília. Aprender a pensar em História: um estudo com alunos do 6o ano de escolaridade. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 14 (1), 239-261, 2001.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf

BRITO, Laiza. **Bembé do Mercado: história, tradição e mitos em torno da festa de preto**. Monografia Bacharelado em Humanidades, UNILAB, São Francisco do Conde, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1358>. Acesso em 28 abr. 2021.

CAIMI, Flávia. O que precisa saber um professor de história. **História & Ensino**, v. 21, p. 105-124, 2015.

COSTA, Aryana. Professores em formação, formadores de professores: que profissão ensinam os cursos de graduação em História?. **Revista História Hoje**, v. 01, p. 43-64, 2013.

COSTA, Aryana. Apologia do ensino de História: a didática da História em JörnRüsen. In: XIII Encontro Estadual da ANPUH História e Historiografia: Entre o Nacional e o Regional, 2008, Guarabira. **Anais do XIII Encontro Estadual da ANPUH: Entre o Nacional e o Regional**, 2008. Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2003%20-%20Aryana%20Lima%20Costa%20TC.PDF

DAIBERT Jr, Robert. **Isabel, a “Redentora” dos Escravos: uma história da princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)**. Bauru, SP: EDUSC/ FAPESP, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. “A redenção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravidão no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 31, n. 62, p. 19-48, 2011.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FELDMAN, Ariel. **Brasil Império: história, historiografia e o ensino de história**. Curitiba: Inter-Saberes, 2019.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FREITAS, Idalina et al. Escravidão e trajetórias do pós-emancipação em São Francisco do Conde: notas de pesquisa (séculos XIX e XX). **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especial, p. 563-590, ago. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Instrução registro do Bembé do Mercado**. Brasília - DF: Iphan, 2019. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Bembe_do_Mercado.pdf.

MATA, Iacy. Libertos de treze de maio e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição. **Afro-Ásia**, n. 35, p. 163-198, 2007.

MORAES, Renata. Os diferentes 13 de Maio. História, memória e festa da Abolição DOI10.5216/o.v7i9.9340. **OPIS**, 7(9), 215–228. 2010.

PENNA, Fernando; FERREIRA, Rodrigo. O trabalho intelectual do professor de história e a construção da educação democrática: práticas de história pública frente à base nacional comum curricular e ao Escola sem Partido. **História pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, p. 109-127, 2018.

PINTO, Ana. **Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista**. Editora Unicamp, 2018.

PINTO, Monilson. **Nego fugido: o teatro das aparições**. 164 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Instituto de Artes, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/115853>.

SANSONE, Livio. Desigualdades duráveis, relações raciais e modernidades no Recôncavo: o caso de São Francisco do Conde. **Revista USP**, n. 68, p. 234-251, 2006.

SILVA, Eduardo. Domingo, dia 13: o underground abolicionista, a tecnologia de ponta e a conquista da liberdade. In: Martha Abreu; Matheus Serva Pereira. (Org.). **Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil**. 1ed. Niterói: PPGH-Universidade Federal Fluminense, 2011, v. 1, p. 29-37.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa** (Brasil), v. 1, n. 2, p. 7-16, 2006.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. **Projeto político pedagógico do curso de licenciatura em história do Campus dos Malês**, São Francisco do Conde: UNILAB, 2017. Disponível em <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2019/11/PPC-HISTÓRIA-Vol-VI.pdf>. Acesso em 27/04/2021.

Recebido em: 26 de junho de 2021.

Aceito em: 13 de dezembro de 2021.